

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## Direito dos Valores Mobiliários

Este evento, que ora se inaugura neste auditório de tão gloriosas tradições democráticas, mostra que a solução dos grandes problemas da sociedade só se dará com o trabalho perseverante daqueles que têm, cada vez mais, a visão do futuro promissor da pátria brasileira.

Não obstante as crises e os problemas por que passa o Brasil, decorrentes dos desajustes estruturais, percebe-se que uma grande conquista está a ocorrer: a decorrente da mudança de mentalidade. Nunca se mudou tanta coisa em tão pouco tempo, em todos os quadrantes do território nacional. Essa revolução pacífica por que passa o Brasil, para a qual muito tem concorrido a juventude, é muito auspiciosa porquanto harmônica com os princípios maiores que regem a democracia e a república.

Há uma crise do Estado, não há negar, sendo certo que a crise do Judiciário é um dos seus aspectos. Todavia nunca os três Poderes constitucionais tiveram uma percepção tão clara dos seus problemas e lutaram com tanto afincio para equacioná-los e deslindá-los com vistas ao interesse público.

O Judiciário tem ciência de que o seu aperfeiçoamento, fundamental a uma mais efetiva tutela da cidadania, quando ameaçada ou atingida por abuso do poder econômico ou político, há de ter em vista dois tópicos essenciais: facilitar o acesso do povo à Justiça e tornar mais rápida a entrega jurisdicional.

Para se alcançarem esses objetivos, providências de ordem administrativa e legislativa, inclusive de índole constitucional, são necessárias. Essas medidas, po-

rém, só serão eficazes se tiverem por escopo um Judiciário independente e respeitado, sem o qual o futuro da sociedade brasileira será pouco alvissareiro, e a aceitação da opinião pública, inclusive daquela ligada ao âmbito judiciário.

Com vistas a colaborar com os setores jurídicos mais esclarecidos, o Conselho da Justiça Federal tem selecionado e trazido a debate temas relevantes, visando a uma aproximação cada vez maior entre o Judiciário e a sociedade. Nesse sentido, discussões sobre aspectos atuais de assuntos como os relativos aos direitos do consumidor, direitos humanos, formação de blocos econômicos, questões ligadas ao Mercosul, direito sobre a biodiversidade, crimes transnacionais e outros, muitos dos quais assumiram significação especial com a globalização, têm constado da sua pauta de eventos. Entre eles, têm tido grande receptividade os simpósios realizados em outras capitais de estado sobre o Direito dos valores mobiliários, que, nesta cidade, tudo leva a crer, pelo nível do auditório, irá traduzir-se em excepcional êxito.

Não se pode deixar de ter presente que, num Estado de Direito democrático, o mercado de capitais é a principal via de acesso à poupança pública, assumindo o tema proporções significativas nesta época de formação de blocos econômicos, em que ocorre a denominada globalização.

Congratulo-me, nesta oportunidade, com o Egrégio Tribunal Regional Federal sediado nesta capital, com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o Centro Acadêmico XI de Agosto e com as representativas e respeitadas entidades que apoiaram e patrocinaram este evento, ao tempo em que agradeço ao Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Fontes de Alencar, a profícua e significativa ajuda que tem prestado à presidência do Conselho da Justiça Federal na direção do Centro de Estudos Judiciários. Não posso deixar, ainda, de destacar a presença de Sua Excelência Doutor Marco Antônio de Oliveira Maciel, eminente Vice-Presidente da República, que sempre se tem mostrado em sintonia com os setores ligados à área jurídica deste País e, em especial, com o Poder Judiciário e que fará a abertura oficial deste Simpósio. É da sua iniciativa a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem, importante meio alternativo de solução de litígio, e que, com toda justiça, é conhecida como a Lei “Marco Maciel”. Assinalo, ainda, de maneira especial, a presença do eminente Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, jurista de escol, que, de longa data, tem-se preocupado com a construção e o aperfeiçoamento do Estado de direito democrático, dedicando a esse objetivo toda a sua inteligência e visão de homem público. Fará Sua Excelência a palestra inaugural.

\* Discurso proferido em 18 de agosto de 1998  
na abertura do “Simpósio sobre o Direito dos Valores Mobiliários”,  
no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP – São Paulo.